



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35014.256100/2020-76

Interessado: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMARCA DE
PAU DOS FERROS, Banco BMG S/A, ALDEZIA FRANCISCA

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 03
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/10/2020, às 21:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1820124** e o código CRC **4A129F75**.

Referência: Processo nº 35014.256100/2020-76

SEI nº 1820124



SIPPS/DIRBEN Nº:
493491940



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE PAU DOS FERROS
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DE FAZENDA PÚBLICA
Av. Senador Dinarte Mariz n.º 570 – Pau dos Ferros/RN – Fone: (84) 3351-3975, e-mail: pfriespcc@tjrn.jus.br

Ofício nº 657/2019

Pau dos Ferros/RN, 18 de setembro de 2019.

Processo n.º 0801518-98.2019.8.20.5108
Promovente: **ALDEZIA FRANCISCA LIMA**
Promovido: **BANCO BMG S/A**

Prezado(a) Senhor(a),

Venho, por meio deste, intimar Vossa Senhoria para tomar ciência da decisão proferida nos autos do processo supramencionado, tendo como parte promovente **ALDEZIA FRANCISCA LIMA - CPF: 064.877.754-52**, benefício nº 160.308.740-8, e parte promovida **BANCO BMG S/A**, bem como para adotar as medidas administrativas que entender cabíveis afim de identificar eventuais falhas no sistema do banco demandado no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados sem a observância das cautelas estabelecidas na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, conforme recomenda o art. 52. Segue anexa cópia da sentença proferida.

Sem mais para o momento, apresento protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,


FLÁVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS
Juiz de Direito

A(o) Ilmo(a). Senhor(a)
Diretor(a) da DIRETORIA DE BENEFÍCIOS - DIRBEN / INSS
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco O, 8º andar, Brasília/DF
CEP 70070-946
e-mail: dirben@inss.gov.br

Recebido em 20/10/2019

Diretoria de Benefícios



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros

Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000

Processo: 0801518-98.2019.8.20.5108

Ação: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: ALDEZIA FRANCISCA LIMA

RÉU: BANCO BMG S/A

PROJETO DE SENTENÇA

Vistos etc.

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.

Fundamento e Decido.

Não há preliminares ou questões processuais para analisar.

Destaque-se que encontra-se consubstanciada a hipótese de julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC, pois o deslinde da causa independe da produção de provas em audiência, havendo, ademais, possibilidade do julgamento do processo no estado em que se encontra.

Outrossim, entendo serem plenamente aplicáveis as regras do Código de Defesa do Consumidor, eis que patente uma relação de consumo que vincula as partes, trazendo à inteligência dos arts. 2º e 3º, da Lei nº 8.078/90. Ademais, impende consignar que a relação entre as instituições financeiras e seus clientes enquadra-se no conceito legal de relação consumerista, conforme, aliás, orientação consolidada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI 2591, Relator Ministro EROS GRAU) e do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 279). E por constatar a hipossuficiência da consumidora no que tange à produção de provas, é que fora decretada a inversão do ônus da prova, com escopo no art. 6º, VIII, do CDC, conforme a decisão de ID. nº 43433640.

A controvérsia posta nos autos pode ser assim resumida: a autora alega que celebrou contrato de empréstimo consignado com a instituição demandada no valor de R\$ 1.262,00 (mil e duzentos e sessenta e dois reais), sob o contrato de o número 13218401. Todavia, aponta que a demandada em verdade abriu-lhe contrato de cartão de crédito, o qual viria a lhe trazer prejuízos em decorrência da onerosidade excessiva.

Doutro lado, a demandada sustenta que a autora celebrara efetivamente contrato de cartão de crédito consignável, apresentando o contrato (ID. nº 46368652), segunda via das faturas mensais do cartão de crédito (ID. nº. 46368672) e comprovante de transferência (ID. nº. 46368683).

Ao analisar o contrato de ID. n.º 46368652, trazido pelo demandado, constato que a numeração que consta no mesmo é diversa daquele que está sendo questionado na inicial (Histórico de Consignação – ID. n.º 43421287). Assim não comprovando a origem dos descontos no benefício da parte autora. Desse modo, o demandado ignorou a inversão do ônus da prova e durante a instrução não se desincumbiu de provar a regularidade do contrato ora questionado.

Sendo assim, não provada a celebração do contrato de empréstimo de cartão de crédito consignado, deve a parte demandada suportar os efeitos do ônus da prova:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO LIMINAR. DIREITO DO CONSUMIDOR. BANCO. PENSIONISTA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO AUTOMÁTICO NOS PROVENTOS. AUSÊNCIA DE CONTRATO. DESCONTOS INDEVIDOS. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. TED NÃO APRESENTADO. ATO ILÍCITO EVIDENCIADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESTITUIÇÃO DETERMINADA. DANO MORAL CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO CPC. RECURSO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO (0010947-76.2017.8.20.0102, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 03/09/2018).

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. BANCO. RELAÇÃO DE CONSUMO. SEGURO NÃO CONTRATADO. DESCONTOS INDEVIDOS NOS PROVENTOS DO AUTOR. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PLEITO AUTURAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO NÃO CONTRATADO. CONTRATO NÃO APRESENTADO NOS AUTOS. DANO MORAL IN RE IPSA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO NCPC. RECURSO. PLEITO PARA MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO PARA REPARAR OS DANOS MORAIS SUPOSTOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (0802258-67.2016.8.20.5106, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 12/06/2017).

Dessa forma, com base nas razões acima e na Lei n. 10.820/2003, nos arts. 104, 166, IV e 169, todos do Código Civil e na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, é de rigor a declaração de nulidade do contrato ora questionado.

Além disso, cabe salientar que caso houvesse a comprovação de que a parte autora tenha celebrado o contrato objeto da demanda, concluo que diante do fato da parte peticionária não ser alfabetizada, seria preciso apurar se as pessoas analfabetas podem contratar (seja empréstimo consignado ou cartão de crédito consignado) mediante a aposição da impressão digital no espaço destinado à assinatura ou por outra forma de contratação. Contudo, *in casu* não foi juntado o contrato de empréstimo que motivou os descontos no benefício da autora, restando assim prejudica a análise de validade da contratação. (Histórico de Consignação – ID. n.º 43421287).

No que se refere à repetição indébito não se tem como avaliar o suposto dano material sofrido pela demandante, pois o valor a ser eventualmente restituído incluiria a discussão acerca do débito principal acrescido de juros e encargos de refinanciamento, cuja análise demandaria perícia contábil, incabível no procedimento adotado nos Juizados Especiais (*Pedido de Uniformização de Jurisprudência nº 0807282-57.2017.8.20.5004*), não podendo ser acolhido o pedido de restituição integral e em dobro de todas as parcelas pagas, haja vista que a parte autora efetivamente recebeu um valor inicial a título de empréstimo e, além disso, a petição inicial não informa em quantas parcelas foi estipulada para o pagamento do contrato.

Em verdade, no caso em análise é cabível apenas a quitação do contrato de empréstimo pela aplicação da teoria do adimplemento substancial do contrato, diante da inobservância do dever de informação ao consumidor, de modo que conceder a repetição de todo o valor pago implica em enriquecimento indevido da autora, uma vez que esta reconhece que realizou o contrato com o banco demandado. A propósito, o montante até aqui descontado é próximo do valor do empréstimo pretensamente obtido pela autora.

Com base nas circunstâncias supra e levando em consideração o ato ilícito praticado contra a parte autora, consistente na realização de descontos indevidos no seu benefício previdenciário, recurso mínimo para a subsistência da parte autora, o potencial econômico do ofensor (reconhecida instituição financeira), o caráter punitivo-compensatório da indenização e os parâmetros adotados em casos semelhantes pelos tribunais, concluo que o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) é justo e razoável, sendo suficiente para compensar a parte autora pelo dano efetivamente suportado, afastado o enriquecimento sem causa, bem como para desestimular que a parte requerida reitere na conduta ilícita.

Por fim, tendo em vista a mera declaração de quitação do contrato, o que por sua vez acaba compensando o valor anteriormente depositado, posto que não foi determinada a restituição, não há que se falar em nova compensação de valores, sob pena de considerar-se duas vezes os valores depositados em favor do autor.

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pleitos autorais para o fim de, nos termos do art. 487, I, do CPC:

a) **DECLARAR** quitado o contrato de empréstimo que visara celebrar a autora e, via de consequência, a nulidade da contratação de Empréstimo via Cartão de Crédito Consignado inserido, **DETERMINANDO** a imediata suspensão de todo e qualquer desconto/débito oriundo do referido contrato.

b) **CONDENAR o BANCO BMG S.A (CNPJ nº. 61.186.680/0001-74)**, a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, o montante de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar desta data (Súmula 362 - STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a incidir desde a citação;

c) **INDEFIRO** o pedido contraposto.

Oficie-se a Agência da Previdência Social do INSS desta Comarca DETERMINANDO a imediata exclusão de cobrança de parcelas consignadas no benefício da parte autora (**NB. 160.308.740-8**) relativa ao contrato ora declarado nulo (**contrato nº. 13218401**), nos termos do art. 44, §1º, da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Determino que seja oficiada a Diretoria de Benefícios – DIRBEN do INSS, através do e-mail dirben@inss.gov.br, para tomar ciência da presente sentença, adotando as medidas administrativas que entender cabíveis, conforme determina o art. 52 da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Sem custas e condenação em honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

Submeto, nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do Juízo de Direito.

Após, publique-se, registre-se e intimem-se.

HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA

Em seguida, pelo MM. Juiz de Direito foi proferida a seguinte **SENTENÇA**: “Nos termos do art. 40, da Lei n.º 9.099, de 1995, **HOMOLOGO**, por sentença, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, para que surta seus efeitos legais”.

Havendo apresentação de recurso, deve a secretaria certificar a tempestividade e o preparo (salvo gratuidade deferida nos autos) e intimar a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o prazo, remetam-se os autos a uma das egrégias Turmas Recursais. Por outro lado, sendo o recurso deserto e/ou intempestivo, voltem-me os autos conclusos independentemente de intimação da parte contrária para apresentar contrarrazões.

Cientifique-se a parte demandada que, havendo solicitação da parte autora, caso não realize o pagamento voluntário em 15 (quinze) dias, contados a da intimação para pagamento, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 52, caput, IV da Lei 9.099/95 c/c art. 523, §1º do CPC.

Fica a parte vencedora ciente de que, transitada em julgado a presente sentença, deverá requerer o cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias. Após 30 (trinta) dias do trânsito em julgado sem manifestação da parte autora, archive-se, com baixa.

Fica parte autora ciente ainda de que, caso requeira o cumprimento da sentença, deverá proceder por meio de simples requerimento nos autos, o qual deverá conter: nome completo e número do CPF da parte autora; nome completo e número do CNPJ/CPF da parte demandada; índice de correção monetária e taxa de juros de mora adotados nesta sentença; termo inicial e termo final da correção monetária e dos juros utilizados; e demais exigências do art. 534 do novo CPC, respeitadas as disposições especiais do art. 52 da Lei n. 9.099/95.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

PAU DOS FERROS/RN, 17 de setembro de 2019.

FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS
Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: **FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS**
17/09/2019 14:17:34
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: **48859295**



19091714173398500000047226498

CONTRATO
ECT/TJ - ECT/RN
PPS N. 50.121.557/00



Destinatário: Diretor(a) da Diretoria de
Benefícios-DIRBEN/INSS
Setor de autarquias Sul, s/n
Od. 2, bloco 0, 8º andar Asa Sul
70070-946 Brasília/DF



BO025425726BR



Recebedor: _____
Assinatura: _____ Documento: _____



Data de Postagem
30/09/2019

AR



015200



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35014.256100/2020-76.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5468884** e o código CRC **AD8528FD**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.256100/2020-76

SEI nº 5468884